



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

ATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2025

Constitui comissão de inventário de bens móveis, imóveis e bens em almoxarifado para atuar durante o exercício de 2025 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO,
no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais resolve baixar o seguinte

ATO ADMINISTRATIVO:

Art. 1º Fica instituída no âmbito da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, a comissão para realização do inventário anual dos bens em almoxarifado e dos bens patrimoniais do Poder Legislativo no exercício de 2025.

Art. 2º Para fins da efetivação do previsto no artigo 1º deste Ato ficam designados para integrarem a comissão os seguintes servidores:

I - Jedson Silva Neves, matrícula nº 522-01, para atuar como Presidente da Comissão;

II - Sandra Regina Cardoso da Silva, matrícula 422-07, para atuar como Vice-Presidente;

III - Lívia Manso de Oliveira, matrícula nº 528-01, para atuar como Membro.

Art. 3º São atribuições dos membros da comissão:

I - realizar o inventário anual de bens móveis, imóveis e bens em almoxarifado, promovendo o exame físico dos bens quanto à especificação e quantidade;

II - elaborar relatórios (termos circunstanciados) do inventário de bens móveis, imóveis, intangíveis e dos bens em almoxarifado, indicando o saldo total apurado e o detalhamento das divergências



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

encontradas que serão encaminhadas junto à prestação de contas anual do próximo exercício.

III - executar outras atribuições correlatas e complementares aquelas previstas nos incisos anteriores relacionadas ao patrimônio e almoxarifado.

Art. 4º Ao ser detectada pela Comissão a existência de bens julgados desnecessários e/ou inservíveis, será relatado o fato ao setor de administração para ciência e providências cabíveis.

Art. 5º Os bens patrimoniais não localizados no dia da(s) verificação(ões) física(s), sem justificativa do seu responsável ou com justificativa não aceita pela comissão, serão considerados extraviados e nessa condição serão relatados para o setor de administração tomar as devidas providências junto ao Presidente da Câmara.

Art. 6º Após a realização dos trabalhos efetuados pela comissão caberá ao Presidente tomar todas as providências referentes aos registros e publicação dos relatórios junto ao portal da transparência ou institucional bem como outras medidas que se fizerem necessárias à correta execução dos inventários.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de março de 2025.

EDIMAR CELIN
Presidente

TIAGO DE SOUZA
1º Secretário

MARCO AURÉLIO CAMPANHA ZUMERLE
2º Secretário